

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Isadora Polvani Barbosa

Acadêmica do curso de Licenciatura em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Apucarana
isadorapolvani@hotmail.com

Maria Morais Pocidonio Friedmann

Acadêmica do curso de Licenciatura em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Apucarana
maria_friedmann@hotmail.com

Roseli Gall do Amaral

Doutora em Educação e professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Apucarana
amararose@gmail.com

RESUMO: O PPP é um dos documentos norteadores centrais de uma instituição de ensino, por esse motivo é fundamental que ele seja construído e remodelado quando necessário de maneira concisa e coerente com a tendência pedagógica adotada em prática e, de seus idealizadores. O objetivo desse trabalho é analisar um PPP de um colégio estadual situado na cidade de Apucarana- PR. A metodologia constou em uma análise documental analítica possuindo como base as concepções de Ilma Passos Alencastro Veiga (1998). Os resultados procuraram discutir a cultura da escola, a linha teórica da instituição, a formação de professores e o perfil de aluno a ser formado. Assim, conclui-se que o PPP precisa ser atualizado e revisado, visto que existe várias incongruências teóricas e operacionais no mesmo.

Palavras-chave: PPP, Ilma Passos, Análise, teoria e prática.

PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT: AN ANALYSIS ON DEMOCRATIC PARTICIPATION IN SCHOOL

ABSTRACT: The PPP is one of the most important guiding documents of an educational institution, for this reason it is essential that it be built and remodeled when necessary in a concise and consistent manner with the pedagogical trend adopted in practice and, of its creators. The objective of this work is to analyze a PPP of a state school located in the city of Apucarana - PR. The methodology consisted of an analytical document analysis based on the conceptions of Ilma Passos Alencastro Veiga (1998). The results sought to discuss the school culture, the theoretical line of the institution, the training of teachers and the profile of the student to be trained. Thus, it is concluded that the PPP needs to be updated and revised, since there are several theoretical and operational inconsistencies in it.

Keywords: PPP, Ilma Passos, Analysis, theory and practice.

PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UN ANÁLISIS SOBRE LA PARTICIPACIÓN DEMOCRÁTICA EN LA ESCUELA

RESUMEN: El PPP es uno de los documentos rectores más importantes de una institución educativa, por ello es fundamental que sea construido y remodelado cuando sea necesario de manera concisa y coherente con la corriente pedagógica adoptada en la práctica y, de sus creadores. El objetivo de este trabajo es analizar un PPP de una escuela pública ubicada en la ciudad de Apucarana - PR. La metodología consistió en un análisis documental analítico basado en las concepciones de Ilma Passos Alencastro Veiga (1998). Los resultados buscaron discutir la cultura escolar, la línea teórica de la institución, la formación de los docentes y el perfil del alumno a formar. Así, se concluye que el PPP necesita ser actualizado y revisado, ya que existen varias inconsistencias teóricas y operativas en el mismo.

Palavras clave: PPP, Ilma Passos, analizar, teoría y práctica.

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um dos documentos norteadores do trabalho pedagógico da instituição e possui como função:

[...] buscar um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais (VEIGA, 1998, p.12).

Outrossim, o PPP é o documento que conceitua e descreve a escola que se quer (MILANI, 2014), e possui como intuito fundamental a organização do ambiente escolar de um modo democrático, por meio de elaborações de normas coletivas e delimitações da ação pedagógica para formar o perfil de aluno desejado. Portanto, segundo Veiga (1998) é necessário compreender a qual referencial recorrer para a compreensão da prática pedagógica, além de conceber o projeto político-pedagógico da instituição educacional como uma reflexão de seu cotidiano. Tendo-o assim, como alicerce para a solução de possíveis problemas no âmbito escolar e para a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como uma organização generalizada da instituição e como organização da sala de aula, contemplando a relação da mesma com o contexto social, priorizando preservar a visão de totalidade. Conforme Veiga (1998), o PPP precisa expressar um processo democrático:

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (VEIGA, 1998, p.13-14).

Para Barroso (2013), o conceito de cultura escolar tem sido utilizado para expressar a função da escola como transmissora de culturas específicas, tendo assim maior integração de crianças e jovens. Todavia a cultura da escola não possui uma definição consensual, ou seja, depende da postura teórica dos seus autores, mas é explicada como a formação dos processos organizacionais de uma determinada escola, como por exemplo, valores, crenças, ideologias, normas, condutas, dentre outras.

Sabe-se que o PPP não deve ser apenas um agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. Este deve ser vivenciado dentro da instituição em todos os momentos e por todos aqueles que são responsáveis pelo processo de educação. Também deve estar presente no projeto político-pedagógico o tempo escolar, que é um elemento constitutivo da organização do trabalho pedagógico (PARANÁ, 2017) Segundo Veiga (1998):

O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos de reuniões técnicas, cursos [...] (VEIGA, 1998, p.29).

Assim, o compromisso do PPP é coletivo, isso faz com que todo projeto pedagógico seja também um projeto político pois, está relacionado aos interesses reais e coletivos da população, devido ao compromisso com a formação do cidadão (PARANÁ, 2017). Com isso, o objetivo desse trabalho de pesquisa foi a princípio uma aproximação dialética do roteiro de Ilma P. A. Veiga (1998) e o PPP analisado.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo descritivo, e trata-se de uma pesquisa documental. Segundo Gil (2008) e Lakatos (2003) a fonte de coleta de dados da pesquisa documental está restrita a documentos, escritos ou não que ainda não receberam tratamento analítico. A presente pesquisa consistiu-se em analisar o conteúdo e a abordagem adotados por um PPP de um colégio estadual (Ensino Fundamental e Ensino Médio) do município de Apucarana, sob a perspectiva aproximada do roteiro elaborado pelos autores, a partir do livro de Ilma P.A. Veiga (1998) “Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível”. Como amostra, utilizou-se o PPP mais recente disponibilizado para a comunidade, no ano de 2019.

Como procedimento, buscou-se realizar uma leitura analítica e interpretativa do documento oficial, com o intuito de ordenar, sumarizar e estabelecer relação entre as informações contidas no mesmo. Após a coleta das informações, com ênfase no “Marco Conceitual” e no “Marco Operacional”, analisou-se os dados coletados no documento a fim de constatar se o PPP avaliado apresenta os requisitos apresentados no roteiro de Veiga (1998), utilizado como método analítico.

RESULTADOS

O conhecimento sobre a comunidade onde a escola está inserida torna-se relevante na decisão de escolha de conteúdos e na forma de ensino, visando atrair a atenção dos alunos por meio de uma relação com a vivência daquele local, buscando interagir os mesmos com a cultura

que existe além dos muros da instituição e identificando benefícios que possam ser trazidos àquela comunidade. Isso ocorre através da cultura de escola, que maleabiliza a organização escolar e permite que ela se adeque à realidade social em que se estiver estabelecida. Ciente da importância de familiarizar-se com o contexto social, é possível averiguar o público discente da instituição escolar analisada:

Por estar localizado na área central da cidade, o Colégio [...] recebe um grande contingente de adolescentes e jovens oriundos de classe média alta e classe baixa. Na sua maioria são filhos de operários, comerciantes, professores, profissionais liberais, bem como alunos trabalhadores do período noturno, que se originam nos mais diversos bairros da cidade, bem como de cidades vizinhas do Vale do Ivaí. Os alunos que compõem a comunidade estudantil são compostos de adolescentes e jovens, com equivalência entre meninas e meninos, de religião católica, com idade média de 11 anos a 30 anos ou mais, por trabalharmos com o Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio e Normal. A comunidade estudantil é constituída, em sua maioria, por alunos que ainda dependem das famílias, com renda familiar variável entre dois a mais salários mínimos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.62).

A instituição contempla uma equipe composta por diretor, vice-diretor, equipe pedagógica, secretária e auxiliares administrativos, inspetores, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, bibliotecária e laboratoristas. Os professores, em sua maioria com pós-graduação, são incentivados a valorizarem os saberes prévios que os alunos apresentam e a partir destes conhecimentos conduzi-los além. São professores proativos, com consciência de que não são detentores do saber, e sim mediadores (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011)

O PPP apresenta e descreve claramente os objetivos gerais da instituição, porém não há menção de objetivos específicos. A instituição busca guiar a prática pedagógica com o intuito de posicionar o educando de forma crítica e responsável nas diferentes situações sociais, fazendo-se por meio do diálogo como modo de mediar conflitos e trabalhar a tomada de decisões coletivas. Além do mais, busca-se democratizar o ingresso e garantir a permanência e o sucesso do estudante em uma escola de boa qualidade, priorizando sempre a aprendizagem e o desenvolvimento humano. Ademais, a instituição afirma que idealiza ser uma escola “socialmente progressista, baseada na pedagogia histórico-crítica que vê o aluno como sujeito autônomo da sua própria história e de seu próprio desenvolvimento [...]” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.60).

A concepção de sociedade é abordada como:

[...] mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens que criam novas possibilidades de cultura e do agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformação da base econômica. sociedade humana vive hoje uma crise multidimensional. Com a depredação do ambiente natural, familiar e psíquico, estamos colocando em risco não somente o futuro da espécie humana, mas atual sistema vivo planetário. Nossa terra está enferma. Contudo, se crise é um perigo, também é um momento de libertação de forças criativas em busca de soluções, em busca de uma nova sociedade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.73).

Além disso é notório a acentuação da urgência da elaboração de práticas educativas que possuem uma função social de preparar o indivíduo para uma sociedade que está em constante e rápida transformação. Por fim, é afirmado que as mudanças da sociedade interferem na formação de valores do indivíduo e que, por isso a educação deve formar cidadãos críticos que sejam capazes de lidarem com essas situações. Na seção seguinte, denominada de “Concepção de Conhecimento”, o conhecimento é definido como “o resultado das trocas realizadas pelo sujeito com o meio e com os objetos de conhecimento. O lugar mais apropriado e organizado para essas trocas é a escola” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.74). O papel da família é apresentado como sendo o primeiro transmissor de conhecimento a respeito de valores e conhecimento, essa primeira transmissão é necessária para que exista um caminho seguro para apoderar-se dos conhecimentos futuros dinamizados pela escola e a sociedade. Por fim, não é citado ou referenciado nenhum autor como base teórica para a concepção de conhecimento. A “Concepção de Educação” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2011, p.75) é abordada como “uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história. Ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2011, p.75). Em seguida, é referenciado uma citação de Saviani (1992), na qual afirma que a educação é um fenômeno particular do ser humano e que ela ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo de trabalho. Ademais, a educação não muda o mundo, mas pode ser o instrumento para modificar a sociedade e suas relações de trabalho. Por fim, é necessário salientar que essa seção se apresentou de modo sucinto a não ultrapassar dez linhas.

A “Concepção de Escola” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.75) exhibe uma citação de Freire (1992), a qual expressa que a escola consiste em um espaço social que contribui para a formação total do aluno, objetivando a melhoria da sociedade e que incorpora interesses políticos e ideológicos. Todavia, com a rotina do dia a dia, a escola acaba por muitas vezes dando maior ênfase no conhecimento cognitivo e na disseminação de informações/conhecimento, esquecendo-se assim da formação total do indivíduo. Desse modo a finalidade da escola e do professor é produzir situações problemas que proporcionem ao aluno uma ressignificação e reorganização do conhecimento.

A “Concepção de Ensino e Aprendizagem” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.77) é apresentada com citações de Saviani (1991), Lima (1994), Cagliari (1999), Vygotsky (1989) e Mello (2004). O ensino é tido como a atividade, reorganização, seleção e explicação de conteúdo por parte do professor, além das atividades de estudos dos educandos. A aprendizagem é apresentada na visão de quatro autores, e é definida dos seguintes modos: realidade social do aluno, a ação de aprender depende do aluno e ocorre de forma diferente para cada indivíduo, a aprendizagem decorre-se por meio de processos onde as estruturas mentais se modificam constantemente para que aconteça a ressignificação das já conhecidas por novas e/ou ainda em construções. E por fim, a aprendizagem significativa necessita promover a reflexão sobre a realidade do educando e a utilização na prática social.

Em seguida é elucidado a “Concepção de Infância” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.78) com referências a Piaget (1977), Kramer (2003) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É apontado também que a avaliação na educação infantil deve fazer-se por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento do educando, sem a finalidade de promoção. Além do mais, tendo em vista que é na escola onde a criança passará maior parte do tempo de sua infância, é preciso pensar no ambiente escolar como um lugar de aprendizagem e cuidado.

A “Concepção de Inclusão”, nas páginas oitenta e três a oitenta e cinco do PPP, é apresentada da seguinte forma: primeiro é definido o que é o processo de educação de inclusão e quais dificuldades de aprendizagem e físicas ela atende, por fim é citado as Leis que garantem o direito de atendimento educacional aos educandos com necessidades educacionais especiais.

A “Concepção de Avaliação” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2011, p.86) é contida como um processo avaliativo completo e contextualizado que busca formar um cidadão crítico. Não é apresentado ou citado formas de avaliações que contemplem esse objetivo. Por fim, é informado que os educandos podem tanto realizar a recuperação de conteúdos não dominados, como modificar as notas já aferidas.

Seguidamente, há uma seção particular para a proposta pedagógica curricular do ensino fundamental, na qual apresenta a proposta curricular de cada matéria, juntamente com os temas a serem abordados por série, a metodologia de aprendizagem, os recursos didáticos e o método de avaliação utilizados. As disciplinas apresentadas são: Arte, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática e L.E.M- Inglês. Em todas as matérias é descrito uma metodologia de aprendizagem ativa que busca formar cidadãos críticos e completos por meio da estimulação do pensamento crítico e da reflexão frente aos assuntos propostos por meio de uma investigação da aprendizagem significativa por meio de problematizações. Por fim, é apontado que se busca agregar na formação do estudante aspectos políticos, éticos e estéticos.

As avaliações são apresentadas de forma processual e cumulativa, onde são considerados todos os momentos da prática pedagógica, considerando aspectos experienciais e conceituais. Desse modo utiliza-se de trabalhos de pesquisa, realização de experimentos, maquetes, modelos, avaliações dissertativas e de múltipla escolha, produção de texto e dentre outros, como ferramenta de avaliação.

A investigação da aprendizagem significativa pelo o professor pode ser por meio de problematizações envolvendo relações contextuais, interdisciplinares ou contextuais, jogos educativos, e também através do conforto de textos, trabalhos de pesquisa, realização de experimentos, produção de textos, maquetes, modelos, avaliações dissertativas e de múltipla escolha, trabalhos com consultas em textos, observação direta e indireta, participação e execução das mais diversas atividades escolares. É por meio desses instrumentos avaliativos diversificados que os alunos podem expressar os avanços na aprendizagem, à medida que interpretam, produzem, discutem, relacionam, refletem, analisam, justificam, se posicionam e argumentam, defendendo o próprio ponto de vista (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.113).

A proposta curricular para o ensino médio também apresenta as mesmas características citadas acima, porém com a diferença na grade curricular. Há a substituição da matéria Ciências por Química e Física, e a da matéria Ensino Religioso por Sociologia e Filosofia. Para mais, a matéria de L.E.M-Espanhol é adicionada. Todas as disciplinas atendem a carga horária vigente.

Por fim, para auxiliar na formação de um cidadão completo o PPP menciona o Conselho Escolar, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e o Grêmio Estudantil. É acentuado por meio dessas organizações o papel que a família e o corpo docente exercem sobre o aprendizado dos alunos. É esperado que a família, professores e funcionários da instituição trabalhem juntos em prol de uma escola que forme um cidadão completo para a sociedade. Uma escola que não possui caráter político-partidário, religioso, sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros. Também é elucidado reuniões de acompanhamento bimestrais, palestras, festivais e outras programações para que ocorra o incentivo da interação da família com a escola e com o educando.

O acompanhamento familiar em muitos casos precisa ser estimulado, pois há pais que ainda acreditam que a escola deve assumir sozinha a responsabilidade sobre educação/formação dos alunos, e esta não está conseguindo garantir efetivamente a conclusão de estudos de todos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p. 67).

As escolas públicas precisam garantir espaços de atuação coletiva, para que esse processo de democratização se efetive. Em razão desse objetivo, à escola e a todos os seus profissionais compete buscar meios para fortalecer e tornar eficaz a essa representatividade, compromisso com o conhecimento e com a aprendizagem de todos os alunos. Uma das formas para favorecer esse processo de democratização na escola, garantindo espaços de atuação coletiva, é fortalecer o Conselho Escolar, o qual constitui um importante espaço de tomada democrática de decisões. Dessa instância de representação participam diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.351).

DISCUSSÃO

O PPP, em tese, deve ser uma construção democrática e comprometida com uma escola de qualidade e para todos, em que a formação humana tem um caráter público e democrático (VEIGA; ARAÚJO, 2007). Essa formação deve ser compreendida como um processo contínuo e

permanente, no âmbito das relações pedagógicas e sociais, em uma formação que precisa ser cuidadosamente planejada no PPP e, que deve focar na unidade e globalidade. Por ser uma prática social coletiva e emancipatória, a formação humana deve ser considerada como uma ação vital para a melhoria da escola de ensino médio, e deve estar comprometida com a escola de qualidade para todos, o PPP, portanto, deve estar comprometido com uma formação humana que tem um caráter público e democrático (VEIGA; ARAÚJO, 2007).

Nesse sentido, a partir da análise realizada, é possível concluir que o PPP não é recente, pois no site da instituição o documento é titulado como sendo referente ao ano de 2019, todavia ao abrir o documento, o mesmo data o ano de 2011. Segundo Veiga (1998) o Projeto Político Pedagógico deve ser revisado anualmente. Além disso, no decorrer do corpo do texto encontrou-se menções de várias teorias pedagógicas, o que dificulta segundo Veiga (1998) atingir uma finalidade quanto às metodologias e práticas de ensino na formação de um perfil do egresso.

O documento analisado em questão é apresentado do seguinte modo:

Para definir o Projeto Político Pedagógico com estas características, muitos estudos foram realizados para o embasamento teórico-metodológico, pesquisas, reflexões e discussões coletivas entre todos os segmentos da comunidade escolar: professores, pedagogos, alunos, pais, setores administrativos da instituição escolar e funcionários em torno de objetivos comuns oriundos da realidade da escola, fundamentados teoricamente para sanar as dificuldades. Durante o desenvolvimento dos trabalhos constituiu-se um manancial de aprendizagem para todos os que dele participaram. [...] Em suma, o processo de construção do projeto foi dinâmico e exigiu esforço coletivo e comprometimento de todos, sendo concebido solidariamente com possibilidade de sustentação e legitimação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.60-61).

Durante o decorrer do texto, é mencionado diversas vezes que o colégio segue a linha Progressista Histórico-Crítica:

O Colégio Estadual filosoficamente assume uma concepção integral de homem, de sociedade e de educação. Idealiza ser uma escola socialmente progressista, baseada na pedagogia histórico - crítica que vê o aluno como sujeito autônomo da sua própria história e de seu próprio desenvolvimento, um ser consciente, crítico, apto para agir e transformar a sociedade em que vive (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.60).

Pautada em uma filosofia progressista, onde o respeito humano, a formação de consciência crítica e o desenvolvimento da ciência e tecnologia são marcas para a sociedade atual (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.19).

O Projeto Político Pedagógico está embasado por elementos da gestão participativa e democrática do Ensino, tendo como enfoque uma linha progressista de educação, seguindo os princípios da ética, justiça e democracia (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.08).

Porém, faz-se uso, no documento, de pensadores que adotam linhas pedagógicas diferentes, como Piaget (1977), Vygotsky (19089), Freire (1992), dentre outros. Além disso, na seção “Concepção de Aprendizagem” (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2011, p.78), é apresentado vários recortes de diferentes autores e no final do texto não há uma conclusão ou uma elucidação da concepção de aprendizagem para a instituição educacional em questão.

Para Lima (1994) aprendizagem é a vida, é o desenvolvimento da capacidade humana de pensar, pois ninguém pede para aprender. Na teoria progressista, o ponto de partida para se considerar aprendizagem é a realidade social do indivíduo, ou seja, que o aluno consiga fazer uma leitura crítica da realidade, para nela atuar e transformar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.78).

Segundo Cagliari (1999) a atividade de aprender pertence ao aluno, que ocorre de forma diferenciada para cada sujeito, que é entendido pela sua própria história e cultura desenvolvida ao longo de suas relações sociais (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.78).

Vygotsky (1989) afirma que a aprendizagem ocorre por meio de um processo, pelo equilíbrio, ou seja, as estruturas mentais se modificam constantemente, trocando as já conhecidas por novas, ainda em construção. Neste sentido é sempre importante desafiar o aluno para que aprenda de forma efetiva. Ressalta também, que o indivíduo aprende por meio de sua interação social, ou seja, nas relações sociais que estabelece (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.78).

Para Mello (2004) a aprendizagem significativa necessita levar o aluno a refletir sobre sua própria realidade e a utilizá-la na prática social, como cita Perrenoud “o aluno acumula saberes, passa nos exames, mas não consegue usar o que aprendeu em situações reais. A escola básica deve ser enxergada como uma preparação de todos para a vida”. Atualmente a ciência tem dado suporte a educação em geral nas descobertas sobre o processo da aprendizagem, de como o cérebro funciona e como o indivíduo aprende, na tentativa de aumentar a qualidade de ensino aprendizagem (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.78)

Outrossim, são utilizados vários fundamentos teóricos em referência a infância e ao ensino, como mencionado nos resultados, porém o PPP não se aprofunda na conceituação dessas referências, o que permite uma incompreensão sobre as distintas perspectivas metodológicas de ensino-aprendizagem e de concepção de infância e adolescência. Com isso, é importante enfatizar que o colégio não apresenta turmas de educação infantil, mas faz menção a infância e a avaliação na educação infantil.

Além disso, no corpo do texto do PPP sempre é acentuado a formação de um cidadão crítico e ativo na sociedade: “Muito além de preparar os alunos para obterem bons resultados numa avaliação nacional, o compromisso da escola é com a sociedade que confia na Instituição a responsabilidade da escolarização.” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.66); e ainda: “[...] a escola precisa repensar com urgência sua prática educativa, tendo sempre em vista sua função social: preparar o ser humano para a cidadania profissional em uma sociedade em constante e rápida transformação” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.74).

Porém no decorrer do documento encontrou-se a seguinte declaração:

O grande objetivo deste Estabelecimento de Ensino é de assegurar uma organização pedagógica, didática e administrativa voltada para um ensino de qualidade oferecendo aos alunos condições de igualdade para competir no mundo do trabalho (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.62).

O que inclina mais para a adaptação do que para transformação e, não condiz com a ideologia da linha Progressista Histórico-Crítica. Também, na seção que abrange a concepção de Inclusão, não é mencionado como a escola portadora do PPP trabalha frente a esse assunto. Ocorre assim somente a definição do que se refere o termo. E, não há menção de uma concepção de projeto Étnico racial e nem há presença das seguintes palavras: Étnico racial e racial. Desse modo, o PPP não apresenta meios para se trabalhar o assunto e nem mesmo o define.

No que diz respeito ao processo de avaliação, os métodos avaliativos são apenas citados teoricamente com lei e definições, não há menção de como ocorre a verificação de aprendizagem, de promoção, classificação e reclassificação, pois só é mencionado que existe esse processo, mas não quais os recursos utilizados. Conforme a Secretária do Estado da Educação:

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o(a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito (PARANÁ, 2017, 2011, p.02).

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vetado submeter o(a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação. [...] na avaliação da aprendizagem dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de análise e síntese e à elaboração pessoal[...] a individualidade de cada estudante e sua apreensão dos conteúdos básicos deverão ser asseguradas nas decisões sobre o processo de avaliação, evitando-se a comparação com os demais (PARANÁ, 2011, p.03).

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) estudante, considerando as características individuais deste(a) no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos (PARANÁ, 2017, p.03).

Todavia, no PPP é discorrido que o sistema de avaliação contribui para que muitos alunos não concluam o Ensino Fundamental. Segundo o Relatório Final de 2008 a 2011 “a reprovação ainda é alta, o aproveitamento escolar precisa ser alterado, com implementação de novas práticas” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.69). Ademais: “Percebe-se, ainda, que existe algum ponto de exclusão, entre esses, destaca-se o sistema de avaliação, que acaba contribuindo para que muitos alunos não concluam o Ensino Fundamental, etapa obrigatória da educação básica” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.67).

Por meio disso, é possível observar que a aprendizagem não está ocorrendo de modo significativo e que porventura o método avaliativo não está sendo aplicado como explicitado no documento:

Ao se pensar a avaliação da aprendizagem, como parte do processo de ensino se estará pensando que ela não deve ocorrer em momentos isolados desse processo, mas em seu todo. É preciso contextualizá-la num sistema maior de política educacional e social, procurando clarear os pressupostos que embasam a proposta educacional da qual faz parte a avaliação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.87).

Os dados do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) revelam que mesmo a escola apresentando resultados melhores do que várias outras do município, a mesma está com

um índice de aproveitamento menor que 50% na média apresentada e, portanto, suscita um trabalho pedagógico de melhor qualidade com a finalidade de melhorar o seu desempenho também no IDEB DE 2011 (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011). Ao analisar os dados que tangem a aprovação, reprovação e evasão dos alunos, pode-se observar que, em 2010, o número de alunos aprovados no Ensino Fundamental foi significativo, mas ainda persiste as reprovações.

Já no Ensino Médio, observa-se resultados alarmantes quanto a reprovação e desistência. Estes resultados apontam o ensino noturno como o responsável por esta estatística de desistência e reprovação. O perfil do aluno matutino difere do aluno noturno, já que a maioria dos alunos que estudam no período matutino não trabalham e possuem o tempo disponível ao estudo. Todavia, os alunos do noturno, em grande maioria, são alunos trabalhadores que saem do trabalho e vão para o Colégio, ao verificar no mapa demonstrativo as desistências e os abandonos se aproximam no percentual, pois os que permanecem e insistem diante das dificuldades têm um tempo reduzido de cumprir as tarefas da escola, conseqüentemente não se preparam para as avaliações e não cumprem com os trabalhos avaliativos propostos pelos professores. A proposta utilizada para minimizar este quadro é a capacitação continuada dos professores para o aperfeiçoamento profissional e o seu comprometimento com a educação, mudando as metodologias, instrumentos avaliativos, o relacionamento entre professor/aluno e buscando harmonia na relação do conhecimento teórico e as práticas vivenciadas pelos alunos.

Outrossim, a avaliação do Projeto Político Pedagógico é apenas mencionada em um curto parágrafo: “Todos os momentos de planejamento e construção do Projeto estão permeados por um processo de avaliação. Ela é ponto de partida e ponto de chegada, avaliando a instituição de forma global” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.61). Todavia não é elucidado como o processo avaliativo ocorre, e é notório que o documento se trata do ano de 2011 e o ano vigente é 2019. Assim, conclui-se que os objetivos apresentados não condizem com a realidade do ano letivo analisado e que não está ocorrendo a atualização e avaliação anual do documento.

Desse modo, pôde-se observar que o PPP precisa ser atualizado e revisado. Pois, segundo o roteiro de Veiga (1998) há incoerências no corpo do texto que comprometem o entendimento sobre a função e o funcionamento didático da instituição, além da falta de algumas concepções, como a da Étnico racial. Ademais, no próprio documento é mencionado que “A autonomia

pedagógica está intimamente ligada à identidade e à função social da escola, aos estudantes e aos seus resultados, bem como à essência do PPP.” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2011, p.61). Com isso, se há controvérsias na essência do PPP também haverá controvérsias na autonomia pedagógica, visto que o PPP possui como objetivo “nortear e viabilizar a ação educativa” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.58). Veiga (2003) afirma:

Inovação e projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto, porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no interior de um projeto político pedagógico, construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocaria também rupturas epistemológicas. Não podemos separar processo de produto (VEIGA, 2003, p.275).

Por fim, a formatação do documento encontra-se cada momento com um layout, organização e cor de fonte diferente, o que permite perceber que sua realização foi executada a partir de recortes, por partes, e juntou-as ao final. Isto indica que possivelmente a atualização e reestruturação do mesmo não está ocorrendo de maneira correta.

Conforme Veiga (2010):

O projeto político-pedagógico da escola [...] deve constituir-se em tarefa comum da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (Supervisão Educacional, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional). A esses cabe o papel de líder do processo de construção do projeto pedagógico de forma coletiva. Se, por um lado, a liderança do processo de construção do projeto pedagógico é tarefa do corpo diretivo e da equipe técnica, por outro, é corresponsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e de segmentos organizados da sociedade local. Deve contar ainda com a colaboração e a assessoria efetivas de profissionais vinculados às superintendências, coordenadorias ou delegacias regionais, instâncias intermediárias da Secretaria de Estado da Educação (VEIGA, 2010, p.06).

No que se refere ao âmbito do marco operacional do projeto-político-pedagógico, o mesmo deve proporcionar uma base e sustentar o plano de ação da instituição quanto à realidade desejada. É ele que explicita a escola que queremos, sendo compatível e coerente com o marco situacional e em especial com o marco situacional (MILANI, 2014, p.6). Segundo Veiga (1998):

[...] é necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para atingir a almejada cidadania”. Para a autora “A escola persegue finalidades”, ou seja, deve-se levantar um diagnóstico inicial para, a partir dele, planejar ações para atender suas necessidades e finalidades (VEIGA, 1998, p.23).

Dessa maneira Gemerasca e Gandin (2002), afirmam que o Plano de Ação ou Programação:

É a proposta de prática para aproximar a realidade existente desejada. É a definição do que vamos fazer e do que vamos vivenciar para satisfazer as necessidades apresentadas na etapa anterior, pois a partir do momento em que conhecemos as reais necessidades de uma determinada prática, existe a possibilidade de se intervir nela a fim de transformá-la. Essa intervenção se mostra útil e eficiente quando a propomos em duas dimensões: a do fazer e a do ser, buscando alternativas executáveis por um período de tempo (GEMERESCA; GANDIN, 2002, p.19).

Assim, o PPP da referida escola, especifica o marco operacional em 7 passos: 1- Linhas de ação; 2- Gestão democrática; 3- Instâncias colegiadas; 4- Avaliação institucional; 5- Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem; 6- Metodologias e recursos; 7- Potencialidades e fragilidades. O primeiro passo dá ênfase na formação continuada dos professores, incentivando-os a essa prática, cita a importância do ensino da cultura afro-brasileira, da cultura africana e da cultura indígena; valorizam a inclusão educacional e social na escola e participação efetiva dos profissionais da educação da família. O segundo ponto enfatiza que segundo a LDB N° 9394/96 que em seu Art. 14 afirma que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades. Para conferir essa autonomia à escola, a Lei define os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II participação das comunidades em conselhos escolares ou equivalentes (LDB 9394/96).

Ou seja, esta atual gestão busca “uma organização interna da escola pautada em decisões democráticas, frutos de debates e encontros com a participação da comunidade educativa”

(PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.351). O terceiro passo realça o conselho escolar, por meio desse espaço que ocorrem discussões democrática surgindo ideias, sugestões, princípios e ações que serão realizadas de forma conjunta e participativa; ainda menciona o conselho de classe é dividido em três momentos: pré-conselho de classe, com participação dos alunos; conselho de classe, com participação dos professores e pós- conselho de classe, com participação de professores e alunos. No final do processo do Conselhos de Classe, o que se verifica é a participação efetiva dos professores e alunos nos relatos das fragilidades e potencialidades da turma e atitudes dos professores, pois embora em momentos distintos a fala dos alunos e dos professores acontecem semelhanças nos apontamentos. Outras instâncias são citadas como a APMF (Associação de Pais, Mestres e funcionários), alunos representantes de turma e o grêmio estudantil.

O quarto passo diz respeito a avaliação institucional citando a prova Brasil, em cumprimento a lei 9394/96. Ela busca avaliar a instituição de forma global ou seja: contemplando elementos que a constituem em função de sua finalidade por meio de instrumentos que permitam a manifestação das suas características próprias (identidade) e que desvelem em que medida se aproxima o cumprimento de seu compromisso social. É um processo de humanização, que é o conhecimento fundamentado nas dimensões políticas, culturais, simbólicas (dos valores e significados), técnica e social da Educação, para a construção da autonomia e emancipação humana.

Seguindo, o quinto passo diz respeito a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, que segundo o colégio:

[...] é um importante componente do trabalho pedagógico e precisaria ser vista como um dos fios condutores na busca do conhecimento, de modo a dar pistas ao professor sobre qual o caminho já percorrido, em que ponto o aluno se encontra, que prática ou decisões devem ser revistas ou mantidas para que juntos, professor e alunos, possam chegar a um resultado satisfatório (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011, p.358).

A avaliação é trimestral, e em cada avaliação o objetivo é fazer a verificação de todo o conteúdo desenvolvido naquele período, que vai de zero a cinco pontos, não sendo admissível o

“arredondamento”, tendo a média seis em cada uma das disciplinas como resultado final. Complementando os outros 50% da nota são realizadas avaliações formativas desenvolvidas durante o trimestre, entre as atividades estão: pesquisa de fundamentação teórica, apresentações de trabalhos, resenhas, projetos, etc. O aluno deve ter média final maior ou igual à 6,0 e frequência maior ou igual à 75%.

O sexto passo diz respeito a metodologias e recursos, enfatizando que essa metodologia é construída na busca de romper a verticalidade e principalmente com a prática bancária na relação pedagógica educador-educando, seguindo as orientações de Paulo Freire (2000). Cita-se a utilização de projetos, trabalhos em equipe, problematização, observação, experimentação, interdisciplinaridade, laboratórios de informática, laboratório de ciências e biblioteca. O sétimo e último passo foca nas potencialidades e fragilidades, destacando com ponto forte do colégio a valorização do ser humano e suas relações: com os alunos, com os professores, pais e toda comunidade educativa. E como destaque negativo a defasagem, principalmente nas turmas noturnas, esse fato sendo explicado pela dificuldade de adaptação dos estudantes, à falta de perspectiva, perseverança e compromisso.

Sobre o primeiro passo, constatou-se que existem professores com pós-graduação, alguns com mestrado, então de fato eles incentivam a formação continuada. As salas de aula possuem nome de pessoas importantes tanto nacionalmente quanto internacionalmente, por exemplo, sala Machado de Assis, sala Sigmund Freud, entre outros. Sobre a valorização da cultura afro-brasileira e a cultura indígena, não se encontrou muitas referências das mesmas. Sobre o segundo ponto, observou-se que de fato não há apenas uma pessoa, uma autoridade na escola, existindo desde auxiliares na direção, auxiliares na parte administrativas. Um ponto negativo foi o PPP, tendo em vista que o mais atual é do ano de 2012.

Ao analisar o terceiro passo, observou-se que a escola dá espaço ao grêmio estudantil, realiza de fato os conselhos de classe, ou seja, não há nada a ponderar. Sobre o quarto passo, que diz respeito à avaliação institucional, observou-se que há a realização da prova Brasil, porém não se constatou nenhuma ‘emancipação humana’ como foi citado. Assim, não é trabalhado essa vertente nas aulas, somente os conteúdos presentes no livro didático. Além disso, a avaliação do ensino-aprendizagem é trimestral e dividida em metade da nota em avaliação e outra metade em pesquisas e tarefas escolares.

No sexto passo, encontra-se um problema, já que a aula em sua grande maioria é expositiva, repetitiva e exaustiva para os estudantes. Os professores argumentam que os alunos não sabem se comportar em outros ambientes. Esse comportamento da escola é contraditório à pedagogia seguida, já que essa pedagogia visa romper com aulas expositivas. É pouco trabalhado a experimentação e a problematização. Em relação a eles não se comportarem em outros ambientes deve-se muito a cultura escolar, que repressõe o aluno em sala da aula, o incentivando a ser passivo nas aulas. Assim sendo, quando o mesmo sai da sala a tendência é ficar ainda mais alvoroçado que em uma sala de aula. E finalizando, as potencialidades do colégio são de fato essas relações humanas, já que fomos bem tratados por todos os funcionários de lá, seja por pedagogas, professores e pela própria diretora; e a fragilidade segue sendo a defasagem, tendo em vista que as condições sociais do Brasil impedem que um menor pobre apenas estude, levando em consideração que seu trabalho é mais importante para a família do que ter um estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial do Projeto Político Pedagógico do colégio estadual situado na cidade de Apucarana- PR, seguindo o modelo de referência de Veiga (1998) foi alcançada. No que se refere ao roteiro para elaboração do PPP adaptado de Veiga (1998), na análise foi possível perceber algumas questões: o PPP datava de 2011, segundo Veiga (1998) ele deve ser revisado anualmente. Também havia menção de várias teorias pedagógicas o que dificulta segundo Veiga (1998) atingir uma finalidade quanto às metodologias e práticas de ensino na formação de um perfil do egresso.

A importância do estudo sobre a construção, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de ensino médio, tendo como elemento norteador o roteiro de Ilma Veiga justificou-se pelo fato da autora fazer opção por uma concepção de formação humana, o que significa buscar caminhos participativos e solidários para a formação de uma consciência crítica e, a unificação de ações dos envolvidos no contexto da escola para uma formação omnilateral.

Nesse sentido, o PPP deve ser construído, implementado e avaliado no movimento coletivo que deve diagnosticar possíveis problemas e apontar para possíveis soluções e avanços, configurando possibilidades de que os envolvidos no processo optem por projetos que atendam às condições do contexto social em que vivem e que avaliem e reavaliem suas práticas buscando cada dia mais a qualidade do processo educacional. Nas Palavras de Veiga (2010) exercitando o direito e o dever de decidir sobre os rumos de suas vidas e da instituição.

REFERÊNCIAS

- APUCARANA, **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual- Ensino Fundamental, Médio e Normal, Apucarana, 2011.
- BARROSO, J. **Cultura, Cultura Escolar e Cultura de Escola**. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GEMERASCA, M. P.; GANDIN, D. **Planejamento participativo na Escola**. O que é e como se faz. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. In: MACONI, M.A.; LAKATOS, E.M. (org.). 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MILANI, N. O. **O Projeto Político Pedagógico – PPP como instrumento de comunicação e interação entre a comunidade escolar e a mediação do pedagogo**. 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_natalia_ossoski_milani.pdf> Acessado em ago de 2019.
- PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. INSTRUÇÃO Nº 004/2011 – SUED/SEED. Curitiba: SEED, 2017.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. **Coleção educação contemporânea**, 1992.
- VEIGA, I. P. A.; **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.
- VEIGA, I. P. A.; ARAÚJO, J. C. S. O projeto político-pedagógico: um guia para formação humana. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

VEIGA, I. P.A. Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação. **Anais** do I seminário nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7179-4-4-rojeto-politicopedagogico-escola-ilma-passos/file>>. Acessado em ago de 2019.